



1631 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO.

Saete Aparecida Franco Miyake - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Este trabalho discute o preconceito linguístico como um exemplo de preconceito social, fenômeno da sociedade moderna impulsionado pelo modo de produção capitalista, incorrendo em contradições que influenciam as diversas relações, excluindo os homens e mulheres que não se enquadram nos padrões globais.

Apresenta a importância do Plano Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD – Campo) como um instrumento catalisador de inclusão, e que visa diminuir as diferenças sociais, políticas, culturais, referindo-se principalmente ao Livro Didático de Língua Portuguesa.

A escola, assim como os livros didáticos ocupam papéis de reprodutores da ideologia da norma culta e da norma padrão, em se tratando de escolas localizadas no campo essa situação é ainda mais preocupante, pois se convencionou que os grandes centros urbanos estão ligados ao desenvolvimento.

O FNDE informou, recentemente, que diante das alterações curriculares em discussão não haverá edição do PNLD do Campo em 2018. Diante desse cenário, a não produção de livros didáticos para atendimento da educação do campo significa um retrocesso ao desenvolvimento da política pública, que considera necessário inserir, além do saber técnico, os saberes acumulados e apreendidos de modo solidário, coletivo e histórico.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO.

RESUMO

Este trabalho discute o preconceito linguístico como um exemplo de preconceito social, fenômeno da sociedade moderna impulsionado pelo modo de produção capitalista, incorrendo em contradições que influenciam as diversas relações, excluindo os homens e mulheres que não se enquadram nos padrões globais. Apresenta a importância do Plano Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD – Campo) como um instrumento catalisador de inclusão, e que visa diminuir as diferenças sociais, políticas, culturais, referindo-se principalmente ao Livro Didático de Língua Portuguesa.

A escola, assim como os livros didáticos ocupam papéis de reprodutores da ideologia da norma culta e da norma padrão, em se tratando de escolas localizadas no campo essa situação é ainda mais preocupante, pois se convencionou que os grandes centros urbanos estão ligados ao desenvolvimento, condicionando o campo a lugar de atraso.

O Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou, recentemente, que diante das alterações curriculares em discussão não haverá edição do PNLD do Campo em 2018. Diante desse cenário, a não produção de livros didáticos para atendimento da educação do campo significa um retrocesso ao desenvolvimento da política pública, que considera necessário inserir, além do saber técnico, os saberes acumulados e apreendidos de modo solidário, coletivo e histórico.

PALAVRAS CHAVES: Preconceito Linguístico, Educação do Campo, PNLD.

Educação do Campo e Preconceito Linguístico

Ao longo da história brasileira os fatores contribuíram para que se buscasse a formalização de um novo paradigma de educação para os povos do campo: luta pela posse da terra, reforma agrária; luta de classes; substituição de trabalho escravo por mão de obra assalariada; crise da agricultura devido à industrialização; e proletarianização da classe trabalhadora rural. Entre os objetivos da educação do campo há uma preocupação especial, a de resgatar o conceito de camponês (ARROYO, CALDART, MOLINA 2011, p. 25). A história do Brasil é marcada pela discriminação dos sujeitos não urbanos, especialmente os que vivem no meio rural.

“Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais.” (MUSSALIM E BENTES, 2012 p. 40). A educação, enquanto direito, deve permitir que a todos se concedesse a possibilidade de conhecer as diferenças linguísticas, para os que tiveram oportunidade de aprendê-la desde o contexto familiar, tanto quanto os que não tiveram acesso às primeiras letras.

A democratização do ensino levou para a instituição escolar os integrantes das classes menos favorecidas. A consequência foi à instalação do conflito entre a linguagem ensinada na escola, que é a norma das classes privilegiadas, e a linguagem das camadas populares. (PARANÁ, 2008, p. 38)

Não existe sociedade sem uma língua é que a constitua, é condições *inseparáveis*, da mesma forma a língua necessita de uma determinada sociedade ou comunidade para desenvolver-se historicamente. Todos os participantes de uma determinada comunidade linguística são capazes de se comunicar utilizando as normas e regras de sua língua. Para a escola estão destinados os processos formativos, a educação difere nesse sentido de escolarização, é construída em logo prazo, intenta a formação humana, buscando construir a integralidade do homem. Não obstante, a família e a comunidade apoiam a formação de identidade dos sujeitos que ao relacionar-se com a escola encontram

contradições sociais.

O preconceito linguístico deriva de características geográficas e sociais, porém, a condição social é a pior forma de exclusão, marcado por disputas políticas e pela desvalorização do ambiente rural. Um projeto educacional que vise atender aos sujeitos do campo carece valorizar a forma como vivem, relacionam-se e produzem meios de subsistência. Portanto, aderência aos costumes, hábitos e meios de produção locais, por diretrizes oficiais que observem a flexibilidade e metodologias adequadas a esses públicos, além das condições de deslocamento, saneamento, energia elétrica e inclusão digital, pois como condição de inclusão devem lhes ser permitidos acesso à informação.

A participação da comunidade na escolha das metodologias educacionais e, especialmente, os livros didáticos precisam estar em conformidade com as respectivas diretrizes para garantir a efetividade da política de educação do campo. Souza (2015, p. 13) é um desafio a produção de materiais didáticos que valorize o trabalho, a cultura, a identidade e a organização dos povos do campo.

O PNLD do Campo encerra neste ano sua segunda edição; o Guia do Livro Didático do Campo – 2016 elucidou os objetivos da implantação de livros didáticos do campo, reconhecendo essa política como fruto dos movimentos sociais. A defesa da educação do campo questiona a predominância dos conteúdos de cunho meramente urbano nos livros didáticos e o total despreparo de muitos profissionais da educação para tratar de umas das características do Brasil – a realidade camponesa e a diversidade de povos que moram no campo, bem como as relações sociais de trabalho (SOUZA, 2016, p 276).

Os livros didáticos têm sido tema de debate ao longo da história da educação no Brasil pela precariedade das obras, concepções que vincularam sua distribuição não como uma política pública, mas como uma política de assistência; insuficiência de recursos, igualmente, condicionou a ineficácia, incorrendo em acordos internacionais para financiamento da educação e, por consequência, dos livros didáticos, sem observar a realidade das escolas e alunos brasileiros.

A língua portuguesa brasileira é rica em variações devido à realidade geográfica, colonização, influências imigratórias, e às dificuldades de universalizar o acesso à educação. Bagno (2002, p. 73) adverte que o círculo vicioso do preconceito linguístico dispõe de três elementos: gramática tradicional, métodos tradicionais e livros didáticos. Nesse sentido, os livros permitem que crianças, cujos pais não possuem cultura leitora, independente dos motivos (financeiros ou sociais e/ou culturais) tenham possibilidade de conhecer melhor sua língua, esse fator que por isso só engrandece a necessidade de acompanhar o que se ensina através dessas obras.

Em um país com uma diversidade cultural, linguística, e com diferenças sociais tão acentuadas quanto o Brasil não é raro encontrar escolas e alunos, cujos livros didáticos fornecidos pelo PNLD são a única fonte leitura, devendo ser instrumento de libertação permitir entender as diferenças linguísticas e suas causas.

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem estudadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também neste caso, a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida. (BORDIEU, 1996, p. 42).

Os livros didáticos são instrumentos de apoio do trabalho educativo, não possuem uma única função como alerta Chopin (2004, p. 553) os livros didáticos, possuem também função ideológica e cultural, firmaram-se como um dos vetores essenciais da língua, cultura e valores das classes dirigentes, sendo um instrumento privilegiado de construção de identidade.

No conceito de identidade pretendido pelos povos do campo está o entendimento de a conservação de sua cultura, a compreensão de suas diversidades, por essa razão que afirmam Kolling, Nery e Molina (199, p. 93): “a luta é para que todo o povo tenha acesso à alfabetização e, por conseguinte, deve partir das linguagens que os povos dominam e combinar a leitura do mundo com a leitura da palavra.”

Compreende-se por norma culta uma variedade linguística de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa e em situações monitoradas. [...] segundo o Projeto NURC considerassem letrados pelo menos os sujeitos que possuem ensino médio, dois critérios corroboram para isso: a) exigências trazidas pela economia que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial; b) pressões ideológicas do conceito de cidadania que se criou no século XVIII, em especial com o pensamento iluminista e com as mudanças sociais, políticas e culturais trazidas pela Revolução Francesa. (FARACO, 2002, p. 57).

A língua não é somente um ato individual do ser humano, carrega visões de mundo, um conceito ideológico, disseminado pelas instituições escolares e, conseqüentemente, pelos livros didáticos. O discurso é construído por intertextualidade, a fala é a expressão individual do discurso, por conseguinte, o discurso é o componente da linguagem que transmite o caráter ideológico.

Assim, na prática viva da língua a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido e conjuntos dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. [...] De fato, a forma linguística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciação precisa, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. [...] A palavra esta sempre carregada de conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN, 2004 p. 95).

Privilegiar estudos normativos perpetua a dualidade escolar, permitindo um entendimento equivocado das normas padrão e culta em face dos usos populares. Por essa razão, para garantia do direito à educação do campo o Programa Nacional do Livro Didático do Campo não pode ser interrompido sem que traga prejuízos a política pública que tem se construído nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico, o que é como se faz**. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BAKTHIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BORDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Guia PNLD do Campo 2016: educação do campo 2016, ensino fundamental anos iniciais**. SECADI/MEC. Disponível em: <
<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld>. Acesso em 15 de junho de 2017.

CHOPIN, A. **Historia dos Livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, p. 549-566, set/dez. 2004.

FARACO, C.A. **Norma Culta Brasileira, desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KOLLING, E. J.; NERY, IR. MOLINA, M.C. (orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília, Fundação Universidade Federal de Brasília, 1999.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras 1**. 9ª ed. rev. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

PARANA. **Diretrizes Curriculares para Educação Básica: língua portuguesa**. Secretaria do Estado da Educação. Curitiba, 2008.

SOUZA, M. A. **A Educação do Campo no Brasil**. Texto impresso. Curitiba, setembro de 2015. 18 fs.

_____. **Educação e Movimentos Sociais do Campo: a produção de conhecimento no período de 1987 a 2015**ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016.